ENTREVISTA

Poulantzas: última fala

MARCO GIANNI (*)

Nicos Poulantzas, morto há pouco mais de um mês em Paris, aos 43 anos, nasceu em Atenas e transferiu-se para Paris em 1960. Ensinou no Departamento de Sociologia da Universidade de Vincennes e depois na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais. O seu primeiro livro, Poder Político e Classes Sociais, *de 1967, reatou as pontes entre o marxismo e diversas correntes da teoria política. Acertou contas com a análise do fascismo e com a herança dogmática da III Internacional, em* Fascismo e Ditadura, *1970. Tentou entender as modificações na estrutura de classes, em* As Classes Médias no Capitalismo de Hoje, *1974. Nos últimos anos estava preocupado com os problemas de transformação do Estado – A Crise do Estado, 1976 – e com as sociedades socialistas,* Estado, Poder, Socialismo, *1978. Sua última entrevista indica algumas questões que demarcariam os trabalhos que não vamos ler.*

Pergunta. *No debate sobre a "crise do marxismo", ou melhor, dos marxismos, foi desenvolvido o tema da "responsabilidade da teoria". Do seu ponto de vista, o senhor já havia lembrado que não se pode atribuir à teoria uma responsabilidade que não existe: pode-se daí deduzir que o senhor se inclina por separar os pressupostos teóricos da prática das realizações políticas?*

Poulantzas. Num primeiro momento, eu quis assim intervir em cheio na polêmica dominada pelo antimarxismo histérico dos *novos filósofos*, para os quais o marxismo era pura e simplesmente identificado como o *gulag*. Parece-me cada vez mais urgente abandonar a concepção, imprimida por Lenin no marxismo e ainda muito resistente, fundada na adequação entre teoria e prática, e com base na qual se reconhecem e se classificam os "atrasos" e os "desvios" atribuídos às peripécias da história. E se, ao contrário disso, abandonássemos uma determinada visão da cientificidade, aceitando a idéia de uma *tensão estrutural* entre a teoria, qualquer que essa seja, e a prática? Nesse sentido o marxismo é tão responsável pelo *gulag* quanto Sorel pelo fascismo e Nietzsche pelo nazismo. Há o risco, porém, de "absolver" o marxismo das dificuldades encontradas na realização do socialismo. Creio que, para evitar isso, se deve acentuar a separação entre Marx e Lenin. Não só abandonando, como já aconteceu, a canonização stalinista do marxismo-leninismo, mas reconhecendo que no leninismo, mesmo na sua pureza "teórica", existem pontos e elementos que puderam favorecer a afirmação do stalinismo.

Pouco antes de sua morte, o teórico marxista voltou às questões sobre o problema do partido

Pergunta. *Mas essa separação entre Marx e Lenin não lhe parece uma operação de "retorno às origens", aliás já tentada? E depois, em face de problemas totalmente novos que hoje se colocam, qual é a sua utilidade?*

Poulantzas. Em Marx existem elementos totalmente contraditórios com respeito às teorias de Lenin: apesar das críticas ao caráter formal das liberdades, há sempre uma preocupação quanto às instituições da democracia representativa que não é fácil encontrar em Lenin. Mas não devemos eternizar esse debate, porque, em face dos problemas novos que dizem respeito à crítica dos países socialistas, do problema do eurocomunismo e das dificuldades de acesso das esquerdas ao governo nos países europeus, as respostas não se encontram belas e prontas nem em Marx, nem em Lenin e nem mesmo em Gramsci. Ao contrário de Louis Althusser (filósofo francês ligado ao PCF), fui profundamente influenciado pelo pensamento de Gramsci: apesar disso, quanto mais passa o tempo, mais eu me convenço de que Gramsci não rompe, como eu acreditei durante muito tempo, uma época completamente nova de reflexão teórica. Gramsci certamente identificou em primeiro lugar um conjunto de problemas com os quais nós ainda estamos às voltas: o alargamento do Estado, sua grande sensibilidade em relação à sociedade civil, a presença das massas populares na constituição do Estado; mas raciocina sempre no interior de uma concepção fundamentalmente leninista: o seu problema é essencialmente aquele de aplicar a estratégia leninista ao Ocidente. O Estado continua sendo um bloco mais ou menos monolítico que deve ser conquistado, quase como uma guerra de movimento, claro, mas deve ser sempre expugnado. A problemática da guerra de posições continua fundada sobre a teoria do duplo poder: eis porque creio, e outros já reconheceram isso antes de mim, que Gramsci não tinha uma teoria *positiva* do poder, das instituições da democracia representativa na transição do socialismo democrático. Falta uma teoria do pluripartidarismo, do estado de direito; Gramsci deu o atestado de óbito à III Internacional. Mas permanece imerso na problemática de seu tempo, e creio que não possa ser de muita ajuda num desafio que é de todo inédito.

Pergunta. *Agora analisemos os novos problemas que as esquerdas enfrentam na Europa, em particular os efeitos da crise política e institucional da estratégia dos "partidos" do eurocomunismo. Muitos chegam até a falar da inadequação, das crises da "forma partido".*

Poulantzas. Atualmente há uma crise dos partidos políticos, mas não falarei de uma crise da "forma partido": quero dizer que há uma crise da "forma Estado". A crise dos partidos é dupla. Em primeiro lugar, manifesta-se no sistema de partidos em geral, até mesmo nos partidos de esquerda, e isso se deve principalmente às profundas modificações em curso no Estado. Assiste-se a uma invasão das funções primeiramente atribuídas aos partidos políticos pela administração do Estado, e é nesse sentido que falo de "estatismo autoritário". O papel dos partidos como representantes das classes sociais em face da administração do Estado, da qual eram os interlocutores privilegiados, está em declínio:

(*) Copyright Rinascita

daí decorrem tanto a forma de corporativização institucional como a crise dos partidos, os quais vão perdendo até uma série de funções ideológicas fundamentais para a criação do consenso e da sua própria legitimação. Existe, porém, um problema específico aos partidos operários de massa, tanto social-democratas como eurocomunistas, de identidade e de estratégia política. Fala-se de partidos "operários" (mesmo que não o sejam mais, no sentido estreito da palavra) porque, quando haviam atingido as dimensões das massas, o seu primeiro quadro de referência organizativo era a fábrica, o lugar de trabalho. Ora, ainda que por causa da especificidade da crise econômica atual se desenvolvessem novas formas de luta no interior do local de trabalho, o fato novo é que a profunda crise do Estado do bem-estar social (*welfare state*) está na origem dos numerosos movimentos sociais "externos" aos lugares físicos da produção e em parte estranhos, cultural, política e socialmente, às tradições contidas nas reivindicações dos anos precedentes. Se essa hipótese é válida, a crise dos partidos operários de massa não diz tanto respeito somente à "forma", um reflexo organizativo que às vezes parece a busca de um paraíso perdido, o partido globalizante, momentos supremos da síntese política; mas é uma crise sociológica muito mais profunda, que requer revisões que vão muito além da mera engenharia política. Não somente os partidos eurocomunistas estão em dificuldades por haverem abandonado o modelo stalinista, sem conseguirem encontrar um bom substituto, mas também todos aqueles que entram em contato com os movimentos sociais que perdem cada vez mais rapidamente a conotação de "marginais".

AJÉ

Nicos Poulantzas: inovando até o final em estudos e idéias que mudaram a ciência política

Pergunta. *Se as dificuldades dos partidos eurocomunistas não podem ser resolvidas com a renovação ou com a simples invenção de novas "formas", quais são então as indicações políticas que se devem ter presentes para entender, primeiramente, e para tentar superar, em seguida, tais situações?*

Poulantzas. Pode ser paradoxal, mas penso que uma das razões das dificuldades esteja num excesso indistinto de política, uma espécie de superpolitização. Parece-me que se trata de um problema estreitamente ligado ao modo de ser dos partidos operários de massa do qual falávamos há pouco. Há uma grande dificuldade em se aceitar plenamente a idéia de uma tensão estrutural que deve ser criada e existir permanentemente entre os partidos e os movimentos sociais. Por que falo de excesso de política? Porque, mesmo quando se reconhece uma larga autonomia dos movimentos sociais, a presença eventual do partido permanece sempre ligada à concepção do partido como lugar da globalidade e da síntese. Até mesmo Pietro Ingrao (líder do Partido Comunista Italiano), muito lúcido nos problemas de que fala, usa, a propósito dos movimentos sociais, o termo revelador de "constelação": em torno de quê? O que deve estar no centro? Fico perguntando se seria justo dizer que existe um defeito de política na nossa sociedade. E será que estamos seguros em não cair no "pampolitismo", uma das maiores ilusões ideológicas herdadas da história dos últimos anos? O fundo do problema consiste, portanto, em reconhecer que nem tudo é político, que existem limites à política e à politização: é preciso nos adaptarmos a pensar que possam existir espaços de liberdade para novos projetos coletivos, para a expressão de novas subjetividades que escapam à política ou até mesmo a certos limites da política.

Pergunta. *Levando em conta a herança teórica e política de que falamos, não parece ser essa uma operação fácil. É quase como a revolução de Copérnico.*

Poulantzas. Se se abandona um velho modelo de partido, que em outras épocas foi necessário, deve-se abandonar uma série de funções que não têm mais muito sentido. Não me refiro, entretanto, a uma certa "superpolitização" de Gramsci a respeito da moral, da estética e de tudo aquilo que hoje é confusamente definido como privado. Refiro-me, novamente, àquela irredutível tensão que existirá sempre entre movimentos sociais e partidos. E que, na minha opinião, é efeito de uma socialização, de uma difusão da política, sinal de crescimento civil imenso e que, repito, pode dar ocasião aos partidos do eurocomunismo para achar uma nova forma de presença na sociedade e novas relações, não-subordinadas à instância da globalidade, com os movimentos que à atravessam. Esquematicamente, e para concluir esse ponto, penso que se deva aceitar a idéia que não será mais uma "necessidade" política numa sociedade. Mas nessa proposta não se trata de encontrar um limite à intervenção do Estado: não existem limites naturais da política, mas o espaço da individualidade é o Estado que tende a ocupá-lo na fase atual.

Pergunta. *Mas não lhe parece que o abandono da figura do partido "instância da globalidade" comporta alguns corolários teóricos, em particular a respeito do sentido a ser dado ao conceito de "hegemonia da classe operária"?*

Poulantzas. É um conceito fundamental, que deve ser repensado profundamente. Parece-me, de fato, que as categorias do marxismo tendem a considerar naturalmente como resolvido o problema da relação entre classe operária e democracia. Não haverá, em vez disso – eu me pergunto –, uma ligação entre a subvalorização que existe em Lenin da importância da democracia formal e uma teoria que considera como dado um papel "espontaneamente" democrático da classe operária? Se quisermos analisar os "atrasos" na teoria marxista, este tema me parece central. Trata-se de compreender, como a experiência ensina, que nenhuma classe é em si, por sua natureza íntima, determinada a ser uma garantia da liberdade, se não intervém um projeto consciente nesse sentido. É preciso saber observar, sem mitos e sem resistências, dentro das estratificações, as divisões, a complexidade interna que caracterizam a classe operária. Esta tem necessidade da democracia e das instituições democráticas, não somente para defender-se de seus inimigos, mas antes para "defender-se de si mesma", no momento em que assume o poder político. Compreender isso é importante para não subestimar, como alguns marxistas o fizeram, o imenso trabalho de invenção necessário para a elaboração de uma teoria política democrática da transição para o socialismo.